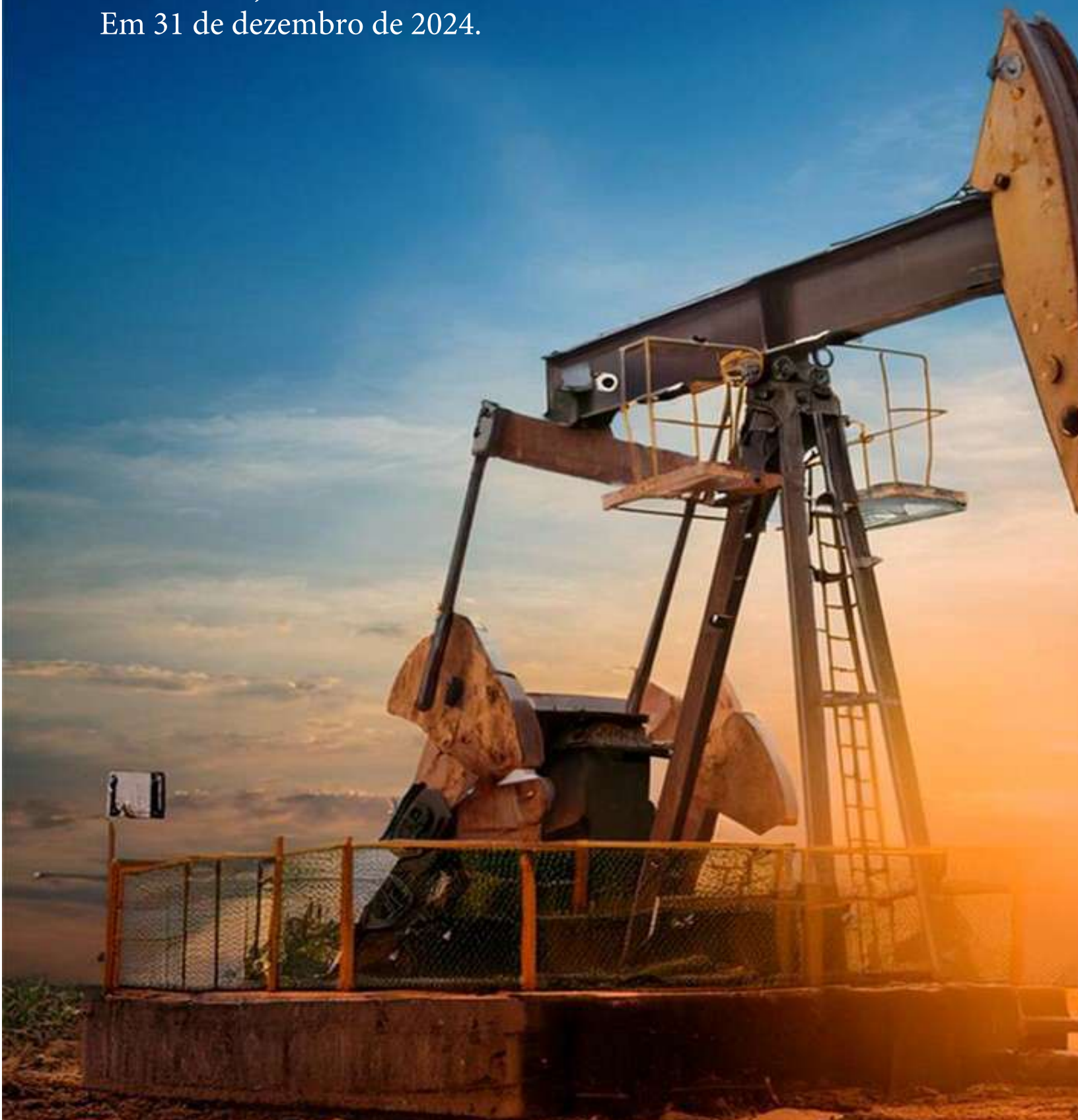


Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024.



AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2024.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Azevedo & Travassos Petróleo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP

ADERBAL ALFONSO
HOPPE:5415602500
4

Assinado de forma digital por
ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Dados: 2025.08.12 16:36:12
-03'00'

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	1	30	1
Estoques	7	7	-	104	-
Adiantamento a fornecedores	8	107	72	108	72
Impostos a recuperar	9	-	-	21	-
Despesas antecipadas		4	-	5	-
Outras contas a receber	10	-	-	6	-
		124	73	274	73
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferida	26	18.971	-	18.971	-
Outras contas a receber	10	7.159	-	7.169	-
Partes relacionadas	14	4.349	380	253	380
		30.479	380	26.393	380
Investimentos	11	15.438	-	-	-
Imobilizado	12	1.962	185.380	17.148	185.380
Intangível	13	137.611	-	148.479	-
		155.011	185.380	165.627	185.380
Total do ativo		185.614	185.833	192.294	185.833
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	15	628	1	1.249	1
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.982	-
Arrendamento por direito de uso	17	505	-	505	-
Salários, provisão para férias e encargos sociais	18	44	-	392	-
Obrigações tributárias	19	99	20	326	20
Outras contas a pagar	20	4.117	-	4.909	-
		5.393	21	9.363	21
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	307	-
Arrendamento por direito de uso	17	1.227	-	1.227	-
Obrigações tributárias	19	-	-	1.570	-
Outras contas a pagar	20	15.495	-	18.948	-
Partes Relacionadas	14	8.677	185.806	6.057	185.806
		25.399	185.806	28.109	185.806
Total do passivo		30.792	185.827	37.472	185.827
Patrimônio líquido	21				
Capital social		193.218	100	193.218	100
Prejuízos acumulados		(38.396)	(94)	(38.396)	(94)
		154.822	6	154.822	6
Total do passivo e patrimônio líquido		185.614	185.833	192.294	185.833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.**Demonstrações do resultado**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda e serviços prestados, líquida	23	-	-	2.198	-
Custos na venda de produtos e serviços	24	-	-	(1.487)	-
Lucro bruto do exercício		-	-	711	-
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(851)	(94)	(3.064)	(94)
Amortização do intangível	24	(3.528)	-	(3.528)	-
Honorários dos administradores	24	(26)	-	(26)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	24	(50.921)	-	(50.917)	-
Equivalência patrimonial	11	(1.616)	-	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional		(56.942)	(94)	(56.824)	(94)
Resultados financeiros					
Receitas financeiras	25	-	-	-	-
Despesas financeiras	25	(331)	-	(391)	-
Resultado Financeiro		(331)	-	(391)	-
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ da CSLL		(57.273)	(94)	(57.215)	(94)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	-	-	(58)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	18.971	-	18.971	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		(38.302)	(94)	(38.302)	(94)
Distribuição do lucro (prejuízo)					
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(38.302)	(94)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$		(0,20)	(0,94)	(0,20)	(0,94)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(38.302)	(94)	(38.302)	(94)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(38.302)</u>	<u>(94)</u>	<u>(38.302)</u>	<u>(94)</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	(38.302)	(94)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Aumento de capital social	100	-	100
Prejuízo do exercício	-	(94)	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	100	(94)	6
Aumento de capital social	193.118	-	193.118
Prejuízo do exercício	-	(38.302)	(38.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	193.218	(38.396)	154.822

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(57.273)	(94)	(57.215)	(94)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	3.816	-	4.536	-
Efeito líquido da baixa de imobilizado	55.580	-	55.580	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.616	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	64	-
IRPJ e CSLL corrente	-	-	(58)	-
	3.739	(94)	2.907	(94)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Estoques	(7)	-	(104)	-
Impostos a recuperar e outros créditos	(7.163)	-	(7.202)	-
Adiantamento a fornecedores	(35)	(72)	(36)	(72)
	(7.205)	(72)	(7.342)	(72)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	627	1	1.248	1
Arrendamento por direito de uso	1.732	-	1.732	-
Salários, provisão férias e encargos sociais	44	-	392	-
Obrigações tributárias	79	20	1.876	20
Outras contas a pagar	19.612	-	23.857	-
	22.094	21	29.105	21
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	18.628	(145)	24.670	(145)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de imobilizado	129.800	-	129.800	-
Aquisições de ativos investimentos, imobilizado e intangível	(160.443)	(185.380)	(170.162)	(185.380)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(30.643)	(185.380)	(40.362)	(185.380)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.225	-
Partes relacionadas	(181.098)	185.426	(179.622)	185.426
Aumento de capital social	193.118	100	193.118	100
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	12.020	185.526	15.721	185.526
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	5	1	29	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1	30	1
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	5	1	29	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos Petróleo S.A. (“ATP” ou “Companhia”) tem como principais atividades a exploração, a produção e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluidos, incluindo as bacias sedimentares brasileiras, as quais a ANP (Agência Nacional de Petróleo) tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior e participar de outras sociedade como sócia, acionista ou quotista no país ou no exterior.

A Phoenix Óleo e Gás Ltda (“PHOENIX”), subsidiária integral da ATP, tem como principais atividade a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonatos fluidos, sendo detentora dos direitos de concessão do Polo Periquito, que inclui os Campos: (i) Periquito; (ii) Periquito Norte; (iii) Periquito Nordeste; (iv) Concriz; e (v) Rio do Carmo, denominada “Campos”. E detentora dos direitos de concessão dos Blocos (vi) POT-T565 e (vii) POT-T610, denominado “Blocos”.

A Phoenix é a operadora e detém 100% de participação nos Campos e Blocos do Polo Periquito, situado na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte.

Campos

(i) Periquito

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 5,5 milhões de barris de Volume de Óleo *In Place* (VOIP) e 214,4 milhões de m³ de Volume de Gás *in Place* (VGIP). Atualmente possui 9 poços perfurados, sendo 3 produtores e 1 parado temporariamente;

(ii) Periquito Norte

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 2,1 milhões de barris de Volume de Óleo *In Place* (VOIP) e 20,1 milhões de m³ de Volume de Gás *in Place* (VGIP). Atualmente possui 1 poço perfurado, parado temporariamente;

(iii) Periquito Nordeste

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 5,8 milhões de barris de Volume de Óleo *In Place* (VOIP) e 107,9 milhões de m³ de Volume de Gás *in Place* (VGIP). Atualmente possui 5 poços perfurados, sendo 1 produtor;

(iv) Concriz

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 4,9 milhões de barris

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

de Volume de Óleo In Place (VOIP) e 57,5 milhões de m³ de Volume de Gás in Place (VGIP). Atualmente possui 3 poços perfurados, sendo 2 produtores;

(v) Rio do Carmo

Adquirido em 23/10/2019, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 170 mil barris de Volume de Óleo In Place (VOIP) e 3,1 milhões de m³ de Volume de Gás in Place (VGIP). Atualmente possui 1 poço produtor perfurado;

Blocos

(i) POT-T-565

Contrato de Concessão assinado em 28/02/2020, o campo está localizado próximo a Mossoró/RN, é 100% detido pela Phoenix, e possui, aproximadamente, 3,6 milhões de barris de Volume de Óleo In Place (VOIP). Atualmente possui 1 poço produtor perfurado;

(ii) POT-T-610

Contrato de Concessão assinado em 28/02/2020, o bloco está localizado próximo a Mossoró/RN, e é 100% detido pela Phoenix.

Em 24/06/24, a ATP assinou um contrato de parceria comercial com a Petro-Victory Energia ("PVE"), uma empresa de exploração e produção de petróleo bruto e gás natural, que detém 100% dos interesses operacionais e de trabalho em 41 licenças no Brasil, totalizando 272.912 acres, nas Bacias Barreirinhas e Potiguar. As ações da empresa são negociadas na Bolsa de Valores de Toronto (TSXV) sob o símbolo VRY.

O acordo contempla planos de trabalho que serão desenvolvidos em duas concessões da PVE localizadas na Bacia Potiguar, Campo de Andorinha e POT-T-281. A ATP arcará com os recursos necessários para realização dos planos de trabalho nos ativos, que consiste, a princípio, na perfuração e completação dos poços AND-4 e AND-5 no Campo de Andorinha e intervenção no poço CR-2 localizado no POT-T-281. Em contrapartida, a ATP participará dos lucros da operação desses poços, além de receber uma opção de compra dos referidos ativos.

1.2. Relação de entidades controladas e coligadas

As informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 inclui a seguinte empresa:

	31/12/2024	
	%	Controle
Phoenix Óleo e Gás Ltda (PHOENIX)	100,00	Direto

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

1.3. Estratégia operacional

(i) Investir significativamente na melhoria da infraestrutura das Estações Coletoras e Poços nos campos detidos pela Phoenix, buscando: (i) aumentar a eficiência dos poços já produtores, (ii) retomar a produção nos poços que estão parados temporariamente e (iii) retomar a comercialização de gás natural;

(ii) Investimentos em CAPEX para perfuração de novos poços nos Campos detidos pela Phoenix, conforme previsto nos respectivos Planos de Desenvolvimento;

(iii) Realizar as ações necessárias para declarar comercialidade dos Blocos Exploratórios detidos pela Phoenix, com a finalidade de torná-los Campos Produtores;

(iv) Investir nos desenvolvimentos de Poços previstos na parceria comercial com a PVE e, caso esta parceria se prove benéfica para ambas as partes, buscar a ampliação para outros ativos;

(v) Aprimorar os processos de gestão das intervenções realizadas em poços, com o objetivo de racionalizar os custos e maximizar os resultados operacionais;

(vi) Acompanhar os indicadores de produtividade e *lifting cost* na produção de petróleo e gás natural das empresas para melhoria dos acompanhamentos do desempenho dos seus poços e que impactam a Gestão Financeira do Grupo;

(vii) Dar sequência ao plano de consolidação de micro e pequenos operadores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para produção e exploração em áreas onshore disponibilizadas pela ANP.

2. Base de apresentação e elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas.

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Azevedo & Travassos Petróleo S.A. ("ATP") e de sua controlada direta Phoenix Óleo e Gás Ltda ("PHOENIX").

O controle sobre essa empresa é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continua a ser consolidada até a data em que o controle deixar de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na controlada incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessa empresa coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores, mesmo no caso de perda.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional").

As informações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável o reconhecimento de um ativo financeiro que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como VJR caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro: (i) quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou (ii) quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou ainda quando o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

3.3. Estoques de óleo e gás

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os estoques de petróleo podem ser comercializados em estado bruto.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de direito de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método linear baseado no prazo do direito de exploração e na vida útil estimada dos poços.

3.6. Investimentos e base de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas informações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

3.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

3.10. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de tributos.

3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.14. Reconhecimento da receita

Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 (CPC 47) que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo, gás e derivados. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se:

- (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para Companhia;
- (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e
- (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

3.15. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16. Combinação de Negócios

Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Na determinação se um conjunto de atividades e ativos se caracteriza como um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Eventual ágio gerado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando presentes todos os elementos de mensuração. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.17. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.18. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

No final de cada período de relatório, quando aplicável, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível.

4.2. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, esse é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.4. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A implementação do Pronunciamento Técnico, não afetou as informações já anteriormente divulgadas pela Companhia nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não havendo necessidade de divulgação de informações adicionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

5.1 Normas emitidas, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, a Companhia não é elegível pela aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de Reais)**

Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	1	1	1
Banco conta movimento	6	-	24	-
Aplicações financeiras	-	-	5	-
	6	1	30	1

São classificadas pela Administração da Companhia e da sua controlada na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, os valores que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de Reais)****7. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Petróleo bruto (i)	-	-	97	-
Material de consumo (ii)	7	-	7	-
	7	-	104	-

(i) Refere-se ao estoque de petróleo produzido pelo campo Periquito e Campo Concriz.

(ii) Refere-se ao estoque de materiais e insumos para uso na operação e manutenção dos equipamentos dos poços.

8. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	107	72	108	72
	107	72	108	72

9. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	5	-
PIS/COFINS	12	-
IRPJ/CSLL	4	-
	21	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de Reais)****10. Outras contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósito Superficial (i)	-	-	11	-
Petro Victory Energia Ltda (ii)	4.743	-	4.743	-
Drake Engenharia (iii)	1.966	-	1.966	-
Outras contas a receber	450	-	455	-
	7.159	-	7.175	-
Circulante	-	-	6	-
Não circulante	7.159	-	7.169	-

- (i) São valores depositados em contas bancárias na Caixa Econômica Federal com a finalidade de remunerar os superficiais (proprietários do solo onde se encontram os poços) enquanto aguarda a aprovação junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP).
- (ii) São valores pagos à Petro Victory Energia com base no contrato de opção e cessão de participação.
- (iii) São valores transferidos pela Azevedo & Travassos Petróleo (ATP) para a Drake Engenharia e poderão ser futuramente compensados com valores a pagar decorrentes da aquisição da PHOENIX.

Em 22 de junho de 2024, A Azevedo Travassos Petróleo (ATP) celebrou um contrato com a Petro Victory Energy de opção e cessão de participação que estabelece o compromisso de investimento da ATP no campo de Andorinha e o POTT 281, possuindo como contrapartida, além da opção de compra de no mínimo 50% dos poços, a garantia do recebimento de 75% (setenta e cinco por cento) do resultado líquido gerado pela produção desses poços, até a devolução integral do CAPEX investido pela Companhia, e 50,00% (cinquenta por cento) dali em diante.

O compromisso de investimento da ATP consiste nas seguintes parcelas: (i) o ressarcimento das despesas já incorridas pela Petro Victory nos poços que serão perfurados dentro dos Planos de Trabalho (incluindo revestimentos, equipamentos de superfície e subsuperfície, ferramentas, consumíveis e todas as demais despesas) diretamente incorridas na execução desses poços e devidamente comprovadas pela Petro Victory no valor máximo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); (ii) as despesas com bens e serviços que serão necessários para a conclusão dos Planos de Trabalho do campo de Andorinha e o POTT 281 que estão em fase de elaboração de orçamento e cronograma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de Reais)****11. Investimentos**

O investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Composição do investimento

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Phoenix Óleo e Gás Ltda	15.438	-
Total investimento	15.438	-

(b) Movimentação da investida

	Controladora
	Phoenix
Saldo final em 31/12/2023	-
Aquisição de investimento	17.059
Resultado de equivalência patrimonial	(1.621)
Saldo final em 31/12/2024	15.438

(c) Informações sobre a empresa investida:

	Phoenix
	31/12/2024
Ativo	28.830
Passivo	13.392
Patrimônio líquido	17.059
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(1.621)

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

12. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	Poços	Máquinas e equipamentos	Máquinas e Equipamentos Pesados	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Terrenos (i)	Direitos de uso arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Controladora
									Total
Custo:									
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	185.380	-	-	185.380
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	185.380	-	-	185.380
Adições	-	98	-	8	31	-	2.113	-	2.250
Baixa	-	-	-	-	-	(185.380)	-	-	(185.380)
Saldo em 31/12/2024	-	98	-	8	31	-	2.113	-	2.250
Depreciação acumulada:									
Vida útil (anos)	15 a 27	10	5	10	5	-	5	-	
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação	-	(2)	-	(1)	(3)	-	(282)	-	(288)
Saldo em 31/12/2024	-	(2)	-	(1)	(3)	-	(282)	-	(288)
Saldo líquido em 31/12/2023	-	-	-	-	-	185.380	-	-	185.380
Saldo líquido em 31/12/2024	-	96	-	7	28	-	1.831	-	1.962

(i) Em junho de 2024, a ATP utilizou terrenos de sua propriedade, no valor de R\$ 185.380, como forma de pagamento da parcela de R\$ 129.800 relativa à aquisição do investimento na Phoenix, sendo apurado um valor de perda de R\$ 55.580, conforme mencionado em nota explicativa 24.

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Descrição	Poços	Máquinas e equipamentos	Máquinas e Equipamentos Pesados	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Terrenos (i)	Direitos de uso arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Consolidado
									Total
Custo:									
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	185.380	-	-	185.380
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	185.380	-	-	185.380
Adições (ii)	14.138	863	98	21	102	-	2.113	3.349	20.684
Baixas	-	-	-	-	-	(185.380)	-	-	(185.380)
Saldo em 31/12/2024	14.138	863	98	21	102	-	2.113	3.349	20.684
Depreciação acumulada:									
Vida útil (anos)	15 a 27	10	5	10	5	-	5	-	
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições (ii)	(2.347)	(523)	-	(7)	(76)	-	-	-	(2.953)
Despesa de depreciação	(254)	(43)	(2)	(1)	(1)	-	(282)	-	(583)
Saldo em 31/12/2024	(2.601)	(566)	(2)	(8)	(77)	-	(282)	-	(3.536)
Saldo líquido em 31/12/2023	-	-	-	-	-	185.380	-	-	185.380
Saldo líquido em 31/12/2024	11.537	297	96	13	25	-	1.831	3.349	17.148

(i) Em junho de 2024, a ATP utilizou terrenos de sua propriedade, no valor de R\$ 185.380, como forma de pagamento da parcela de R\$ 129.800 relativa à aquisição do investimento na Phoenix, sendo apurado um valor de perda de R\$ 55.580, conforme mencionado em nota explicativa 24.

(ii) As adições ao saldo do ativo imobilizado no exercício de 2024 decorrem principalmente da aquisição do investimento na Phoenix conforme mencionado na nota explicativa 13.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

13. Intangível

			Controladora
Descrição	Gastos Exploratórios	Concessão de Direito	Total
<u>Custo:</u>			
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Adições	-	141.139	141.139
Saldo em 31/12/2024	-	141.139	141.139
<u>Amortização acumulada:</u>			
Vida útil (anos)	15 a 27	15 a 27	
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Despesa de amortização no período	-	(3.528)	(3.528)
Saldo em 31/12/2024	-	(3.528)	(3.528)
Saldo Líquido em 31/12/2023	-	-	-
Saldo Líquido em 31/12/2024	-	137.611	137.611

			Consolidado
Descrição	Gastos Exploratórios	Concessão de Direito	Total
<u>Custo:</u>			
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Adições	16.176	146.666	162.842
Saldo em 31/12/2024	16.176	146.666	162.842
<u>Amortização acumulada:</u>			
Vida útil (anos)	15 a 27	15 a 27	
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Adições	(8.328)	(2.082)	(10.410)
Amortização no exercício	(307)	(3.646)	(3.953)
Saldo em 31/12/2024	(8.635)	(5.728)	(14.363)
Saldo Líquido em 31/12/2023	-	-	-
Saldo Líquido em 31/12/2024	7.541	140.938	148.479

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Em 17 de junho de 2024, a ATP adquiriu a participação de 100% das quotas da PHOENIX, empresa detentora dos direitos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás.

O valor da transação considerando ajustes e os pagamentos diferidos foi de R\$ 157.628 (cento e cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e oito mil), divididos em: (i) R\$ 7.500 (sete milhões e quinhentos mil reais) em moeda corrente nacional, a serem pagos em 9 parcelas até dezembro de 2026; (ii) R\$ 8.833 (oito milhões oitocentos e trinta e três mil) pela assunção de passivos financeiros relacionados com a Sociedade; (iii) R\$ 129.800 (cento e vinte e nove milhões e oitocentos mil de reais) mediante permuta imobiliária e (d) R\$ 11.495 (onze milhões e quatrocentos e noventa e cinco mil) referente à parcela variável (earn-out) condicionada ao atingimento de metas de lucratividade pela Phoenix.

Os ativos intangíveis oriundos da aquisição da Phoenix foram registrados pelo valor contábil na aquisição e não foram objeto de avaliação anual de impairment.

Os ativos intangíveis relativos à concessão de direito no valor de R\$ 146.666 são compostos por (i) R\$ 5.526 de valores de bônus de assinatura, e (ii) R\$ 141.140 de mais-valia relacionada à aquisição do controle da Phoenix.

A vida útil da parcela do intangível relativo ao bônus de assinatura foi estimada em 15 a 18 anos para os campos de Periquito, Concriz e Rio do Carmo e vida útil de 25 a 27 anos para os campos de Periquito Norte e Periquito Nordeste.

A vida útil estimada e os métodos de amortização da parcela do intangível decorrente da mais-valia na aquisição da Phoenix serão revisados quando da conclusão dos estudos e alocação definitiva desses valores aos direitos de concessão. A Companhia concluirá os trabalhos de mensuração e alocação definitiva dos valores aos direitos de concessão até o final do prazo de mensuração previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15.

14. Partes relacionadas

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Controladora e suas subsidiárias integrais para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

(a) Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber:				
Azevedo e Travassos Energia S.A.	53		53	
Azevedo e Travassos S.A.	-	380	-	380
Forseti Investimentos Ltda.	200	-	200	-
Phoenix Óleo e Gás Ltda	4.096	-	-	-
	4.349	380	253	380
Valores a pagar:				
Phoenix Óleo e Gás Ltda	(2.620)	-	-	-
Azevedo e Travassos S.A.	-	(185.806)	-	(185.806)
Nemesis Brasil Participações S.A.	(3.955)		(3.955)	
Forseti Investimentos Ltda.	(2.102)	-	(2.102)	-
	(8.677)	(185.806)	(6.057)	(185.806)
Ativo (Passivo), líquido.	(4.328)	(185.426)	(5.804)	(185.426)

(b) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do exercício, totalizam R\$ 26 nas informações contábeis consolidadas.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais	-	-	139	-
Serviços	628	1	1.110	1
	628	1	1.249	1

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de crédito bancário não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Banco / Contrato	Empresa	Tipo de Operação	Encargos	Data da Emissão	Vencimentos	Consolidado	
						31/12/2024	31/12/2023
BANCO BRADESCO - GIRO FGI CTR 14191669	PHOENIX	CCB	9,25% a.a	04/09/2020	04/09/2026	1.470	-
CONFIANÇA FINANCEIRA - (1º EMISSÃO)	PHOENIX	Nota Comercial	3,50%a.m	26/03/2024	26/05/2025	57	-
CONFIANÇA FINANCEIRA - (2º EMISSÃO)	PHOENIX	Nota Comercial	3,50%a.m	16/04/2024	16/06/2025	280	-
BANCO CAIXA - CTR 17.4240.691.0000006-54	PHOENIX	CCB	23,87% a.a	12/09/2023	12/09/2027	48	-
BANCO CAIXA - CTR 17.4240.691.0000007-35	PHOENIX	CCB	23,87% a.a	12/09/2023	12/09/2027	434	-
Total						2.289	-
Circulante						1.982	-
Não circulante						307	-

Vencimento das parcelas	Consolidado	
	Valor Total	%
2025	1.982	86,59%
2026	175	7,65%
2027 em Diante	132	5,77%
	2.289	100,00%

As financeiras individuais e consolidadas

As financeiras individuais e consolidadas

As financeiras individuais e consolidadas

As financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

17. Arrendamento por Direito de Uso

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos da Companhia.

O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento.

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Aquisição	2.113
(-) Pagamentos	(403)
(+) Juros reconhecidos	22
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.732
Circulante	505
Não circulante	1.227

18. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e quitações a pagar	7	-	83	-
Provisão para férias e 13 salário	26	-	156	-
Encargos sociais	11	-	153	-
	44	-	392	-

19. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recolher	-	-	9	-
ISS a recolher	-	-	15	-
Impostos retidos na fonte	99	20	130	20
PIS e COFINS a recolher	-	-	36	-
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	25	-
Parcelamentos federais	-	-	1.624	-
Outros e parcelamentos	-	-	57	-
	99	20	1.896	20
Circulante	99	20	326	20
Não circulante	-	-	1.570	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de Reais)****20. Outras contas a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Superficiários a pagar (i)	-	-	643	-
Adiantamento de clientes	-	-	717	-
Drake Engenharia (ii)	19.612	-	22.417	-
Outras	-	-	77	-
	19.612	-	23.854	-
Circulante	4.117	-	4.909	-
Não circulante	15.495	-	18.948	-

(i) Saldo a pagar para os superficiários aguardando a autorização da ANP.

(ii) Saldo a pagar para Drake Engenharia, sendo R\$ 5.096 por gastos a serem reembolsados, R\$ 5.826 referente à parcela fixa e R\$ 11.495 referente à parcela variável (earn-out) da compra da PHOENIX.

21. Patrimônio líquido**Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia correspondia ao valor de R\$ 100.000, dividido em 100.000 ações ordinária.

Em 10 de abril de 2024, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 122.557.598,00. Após este aumento, o capital social da ATP passou a ser de R\$ 122.657.598,00, representado por 122.657.598 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Posteriormente, em 28 de junho de 2024, foi aprovado um novo aumento de capital no valor de R\$ 70.560.603,11, passando o capital social da Companhia a ser R\$ 193.218.201,17, dividido em 193.218.201 ações ordinárias.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual de 5% do lucro líquido, depois de deduzidas as amortizações e provisões previstas no Estatuto Social da Companhia e em lei.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de Reais)****Reserva legal**

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 38.302, o qual foi destinado à conta de Prejuízos Acumulados. Desse modo, a conta de Prejuízos Acumulados, que em 31 de dezembro de 2023 apresentava o valor de R\$ 94, passou a apresentar o valor de R\$ 38.396 em 31 de dezembro de 2024.

22. Provisão para contingência

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui saldos registrados de provisões para contingência em processos judiciais ou administrativos na qual é parte, pois, na opinião dos seus assessores legais, a probabilidade de perda desses processos é classificada como possível.

O valor das contingências classificadas como possível pelos advogados conforme a prática jurídica encontra-se discriminado abaixo para o exercício de 2023 e para o exercício de 2024.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Causas tributárias	2.151	-
Causas Cíveis	1.878	-
	4.029	-

23. Receita de venda e serviços prestados, líquida

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Receita bruta de produtos e serviços	2.278	-
	2.278	-
Deduções		
Impostos sobre as receitas	(80)	-
	(80)	-
Receita líquida	2.198	-

AZEVEDO & TRAVASSOS PETRÓLEO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

24. Gastos por natureza

Controladora				
31/12/2024				
Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	- (100)	-	-	(100)
Honorários dos Administradores	- (26)	-	-	(26)
Serviços contratados de terceiros	- (460)	-	-	(460)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	- -	(55.580)	-	(55.580)
Amortização do Intangível	- -	-	(3.528)	(3.528)
Outras receitas e despesas	- (291)	4.659	-	4.369
	(877)	(50.921)	(3.528)	(55.326)

Consolidado				
31/12/2024				
Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	(592) (164)	-	-	(756)
Honorários dos Administradores	- (26)	-	-	(26)
Serviços contratados de terceiros	(100) (1.202)	-	-	(1.302)
Materiais	(73) -	-	-	(73)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado	- -	(55.580)	-	(55.580)
Amortização do Intangível	- -	-	(3.528)	(3.528)
Outras receitas e despesas	(722) (1.698)	4.663	-	2.239
	(1.487) (3.090)	(50.917)	(3.528)	(59.022)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(3)	-	(3)	-
Descontos concedidos	(328)	-	-	-
Juros e multas	-	-	(388)	-
	(331)	-	(391)	-
Receita / despesa líquida	(331)	-	(391)	-

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(57.273)	(94)	(57.215)	(94)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	19.473	32	19.453	32
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(549)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	-	(32)	-	(32)
Resultado objeto de tributação pelo Lucro Presumido	-	-	(531)	-
Outras (adições) exclusões	47	-	(9)	-
IRPJ e CSLL apurados	18.971	-	18.913	-
IRPJ e CSLL - corrente	-	-	(58)	-
IRPJ e CSLL - diferido	18.971	-	18.971	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	18.971	-	18.913	-
Alíquota efetiva	33%	0%	33%	0%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de Reais)**

A ATP optou pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real Anual para os exercícios de 2024 e 2023. Já a PHOENIX optou pela metodologia de cálculo com base no Lucro Presumido para os mesmos exercícios.

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Prejuízo fiscal e base negativa	18.971	-	18.971	-
Ativos fiscais diferidos	18.971	-	18.971	-
Exercício	Controladora		Consolidado	
2025	-	0%	-	0%
2026	-	0%	-	0%
2027 em diante	18.971	100%	18.971	100%
Total	18.971	100%	18.971	100%

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de sensibilidade deste risco.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

28. Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía apólices de seguro-garantia, com vigência até o segundo semestre de 2025, cobrindo obrigações de exploração referentes aos Contratos de Concessão dos Blocos Exploratórios POT-T-565 e POT-T-610.

O seguro-garantia visa cobrir eventuais indenizações à ANP em caso de não cumprimento integral do Plano Exploratório Mínimo (PEM) e Programa de Trabalho Inicial (PTI), nos respectivos Contratos de Concessão.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

29. Eventos subsequentes

29.1. Declaração de Comercialidade do novo Campo Tanatau

Em 03 de janeiro de 2025, a ANP deferiu a declaração de comercialidade realizada pela PHOENIX referente à área de desenvolvimento Tanatau.

O Campo de Tanatau é oriundo do Plano de Avaliação de Descobertas ("PAD") do poço 1-PHO-1-RN, perfurado em 2021 no bloco POT-565 e testado e avaliado em 2024. A

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

declaração de comercialidade é total e, além de incorporar a área do PAD, houve a incorporação de uma pequena porção adicional do bloco por especificidades técnicas do reservatório.

A PHOENIX vem trabalhando no Plano de Desenvolvimento do Campo de Tanatau, que deve ser entregue à ANP ainda no mês de janeiro, e estima que, mediante a realização dos investimentos previstos no referido plano, o Campo de Tanatau tem potencial de produção inicial já no ano de 2025 de, aproximadamente, 250 barris de óleo por dia e um volume de óleo in place (“VOIP”) por volta de 3,6 milhões de barris.

29.2. Início da Produção Antecipada do Campo de Tanatau

Ainda em relação ao Campo de Tanatau, em 27 de março, por meio do Despacho Decisório N° 413/2024/SDP, a ANP autorizou o início da produção antecipada do Campo, pelo prazo inicial de 12 (doze) meses.

A referida autorização permitirá o escoamento da produção do poço pioneiro 1-PHO-1-RN, que descobriu o Campo de Tanatau, e dos dois poços de desenvolvimento previstos para serem perfurados no segundo semestre de 2025. Esta atividade inicial permitirá o incremento da produção de óleo em cerca de 150 bbl/dia e trará mais informações geológicas para aprimorar o cálculo das reservas do campo e assim definir a expansão do plano de desenvolvimento com a perfuração de poços adicionais em 2026 e 2027.

Devido à proximidade geográfica entre o Campo de Tanatau e o Campo de Concriz, operado pela PHOENIX, prevê-se a utilização plena da Estação Coletora da produção do Campo de Concriz, o que reduz expressivamente a necessidade de investimentos em instalações de superfície, priorizando assim o uso do capital na perfuração de novos poços.

29.3. Aquisição dos Ativos Polo Porto Carão e Polo Barrinha

Em 07 de fevereiro de 2025, a ATP, em parceria igualitária com a empresa Petro-Victory Energy Corp e suas afiliadas (“PVE”), assinou contrato relativa à aquisição de 13 campos de produção de petróleo, agrupados nos denominados Polo Porto Carão e Polo Barrinha, das empresas 3R RNCE S.A. e 3R Potiguar S.A., respectivamente, subsidiárias integrais da Brava Energia S.A. (“Brava”).

A transação, que depende da aprovação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) para o fechamento, foi realizada pelo valor de USD 15.000 (quinze milhões de dólares). Adicionalmente, o contrato prevê que toda a produção e benefício econômico das concessões e de sua produção serão devidos aos compradores, a partir da assinatura do contrato de aquisição, sujeito ao fechamento da transação. No mais, ficou estabelecido que, após aprovação da ANP, a operadora dos campos será a ATP.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Esta transação é complementar à estratégia iniciada em 2024 pela ATP com (i) a aquisição da PHOENIX, empresa detentora do Polo Periquito, com 6 concessões petrolíferas localizadas na Bacia do Potiguar; e (ii) a parceria celebrada com a PVE envolvendo o Campo de Andorinha e o Bloco POT-T-281, também localizados na Bacia do Potiguar. Os campos do Polos Porto Carão e Barrinha estão localizados próximos a esses ativos, apresentando alto potencial para sinergias logísticas e operacionais.

29.4. Construção das instalações de produção de gás

Em março de 2025, a PHOENIX concluiu a construção e o comissionamento das instalações na Estação Coletora do Campo de Periquito que irão permitir a produção comercial de gás natural. As instalações foram concebidas de forma modular, permitindo inicialmente a produção de até 20.000 m³/dia, capacidade essa expansível de acordo com o incremento da produção.

Este novo sistema possibilitará não só o escoamento da produção dos poços existentes nos Campos de Periquito, Periquito Nordeste e Periquito Norte, como também irá garantir que volumes adicionais de gás, provenientes dos três poços que serão perfurados nestes campos ao longo do ano de 2025, alcancem o mercado assim que as atividades de perfuração e completação sejam concluídas.

29.5. Contrato de Compra e Venda do Gás Produzido no Polo Periquito

Em junho de 2025, a PHOENIX assinou um Contrato de Compra e Venda de Gás Natural com a Empresa Natural Gás Distribuidora Ltda ("Natural Gás"). O contrato tem vigência de 36 (trinta e seis) meses e prevê o fornecimento de até 20.000 m³/dia de gás natural, volume equivalente a 125,8 barris de óleo equivalente por dia (boe/dia), proveniente dos Campos de Periquito, Periquito Norte e Periquito Nordeste, operados pela PHOENIX.

Em linha com o plano estratégico de desenvolvimento da PHOENIX, a produção de gás deverá atingir 55.000 m³/dia (346 boe/dia) com a perfuração de três novos poços: PQO-4 e PQO-5, no Campo de Periquito, ainda em 2025, e o poço PQN-1, no Campo de Periquito Norte, previsto para o início de 2026. Em 28 de julho de 2025, a PHOENIX iniciou a produção comercial de gás natural por meio da reativação do poço 1-ALC-4-RN no Campo de Periquito.

A celebração deste contrato e o início do fornecimento de gás natural representam um passo estratégico no desenvolvimento dos ativos da PHOENIX, com o objetivo de confirmar as reservas de gás e viabilizar novas campanhas de perfuração, visando o crescimento contínuo e sustentável da produção.

29.6. Conclusão da perfuração do poço 3-AND-5-RN

Em atendimento aos planos de trabalho objeto do contrato de opção e cessão de participação celebrado entre a ATP e PVE, em 5 de julho de 2025, foi concluída com

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

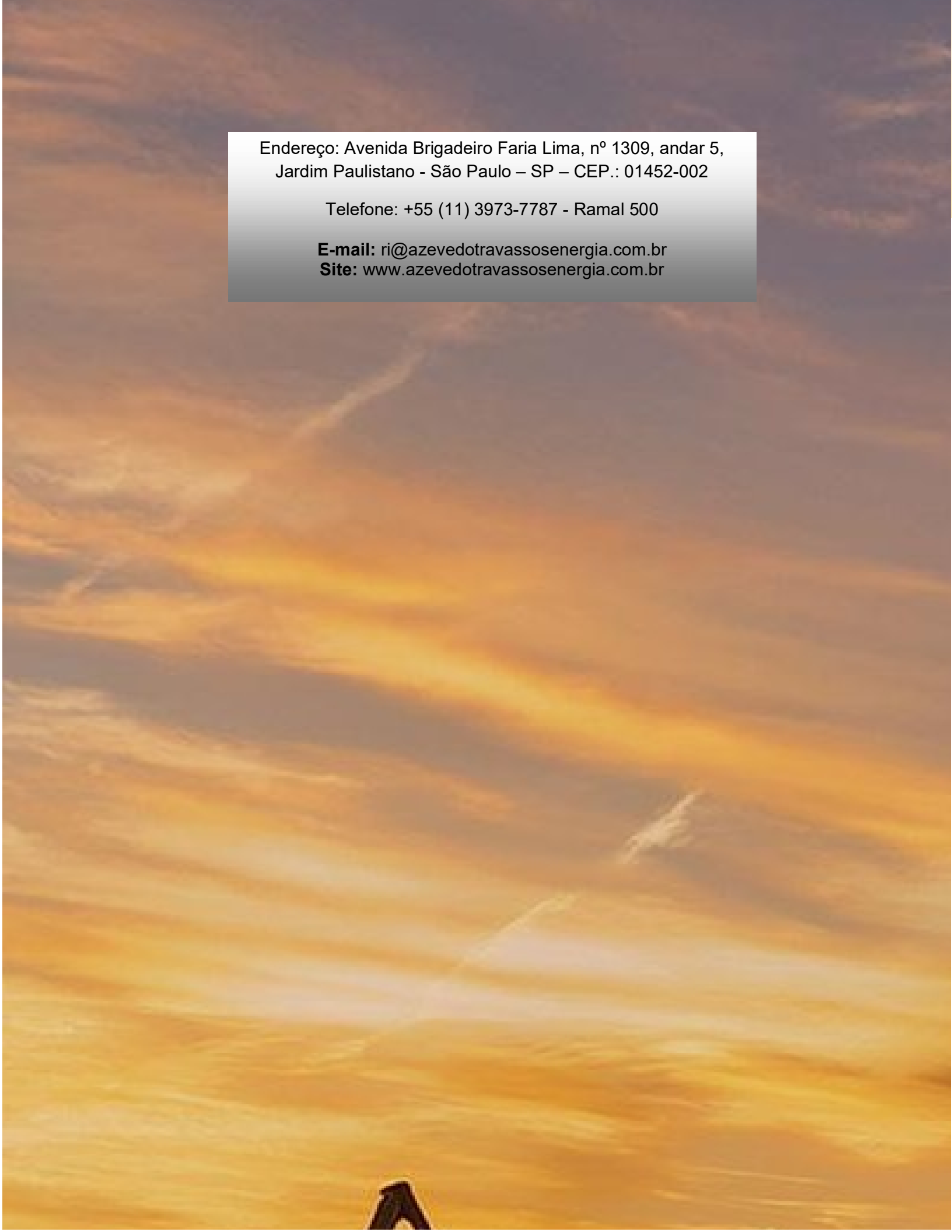
(Em milhares de Reais)

sucesso a operação de perfuração do poço de extensão 3-AND-5-RN, localizado no Campo de Andorinha, na Bacia Potiguar, Rio Grande do Norte.

A perfuração teve início em 25 de junho, atravessando seções de rochas sedimentares, e foi finalizada no embasamento em 5 de julho, na profundidade final de 1.165 metros. Na sequência, foram realizadas as operações de perfilagem e a descida do revestimento de produção com diâmetro nominal de 7 polegadas. A operação foi conduzida pela sonda hidráulica terrestre Drake-2, com os serviços de perfilagem executados pela Halliburton.

Com base na avaliação petrofísica dos perfis elétricos convencionais e dos indícios de hidrocarbonetos nas amostras de rochas, foram identificados aproximadamente 13 metros de possível net pay, distribuídos em quatro intervalos portadores de óleo. A equipe técnica segue analisando detalhadamente os registros e resultados obtidos.

Na sequência operacional, está prevista a mobilização de uma sonda de completação terrestre, com programação para aquisição de perfis especiais de saturação, visando caracterizar com maior precisão os intervalos produtores. Em seguida, serão realizadas as operações de avaliação e a completação do poço para produção, com a posterior conexão do poço à estação Coletora de Andorinha.



Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1309, andar 5,
Jardim Paulistano - São Paulo – SP – CEP.: 01452-002

Telefone: +55 (11) 3973-7787 - Ramal 500

E-mail: ri@azevedotravassosenergia.com.br

Site: www.azevedotravassosenergia.com.br